

Método de Gestão de Arranjos Educativos Locais Voltados Para o Desenvolvimento Sustentável

Local Educational Arrangements Management Method Focused On Sustainable Development

José Antonio Fares¹, Álvaro Guillermo Rojas Lezana²

¹ Serviço Social da Indústria do Paraná, SESI, Brasil; ² Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil

Correspondência: José Antonio Fares, Endereço: Av. Cândido de Abreu, 200 Centro Cívico, Curitiba, PR. CEP: 80.530-902. Tel.: 55 41 3271-7723. E-mail: jose.fares@fiepr.org.br

Recebido: 18 de Setembro de 2015 Aceito: 07 de Julho de 2016 Publicado: 01 de Outubro de 2016

DOI: <http://dx.doi.org/10.21714/1679-18272016v14n1.p136-145>

Resumo

O debate sobre desenvolvimento local sustentável intensificou-se com a globalização e envolve, além do crescimento econômico, modelos centrados na qualidade de vida, na equidade e no aumento do capital social. A consolidação das bases para o desenvolvimento nestes termos pode ser alavancada pela educação das comunidades locais, compreensão e sistematização das suas potencialidades, visando solucionar problemas comuns. O objetivo deste estudo foi propor um Método de Gestão de Arranjos Educativos Locais para promover a formação de indivíduos de comunidades de baixo capital social e estimular práticas comunitárias sustentáveis. O método baseia-se nas temáticas Desenvolvimento Humano, Convívio Social e Desenvolvimento Sustentável. É composto por diferentes grupos e instituições conforme o princípio de participação de stakeholders nos processos decisórios. Para avaliar a eficácia de projetos orientados pelo método sugere-se um modelo de indicadores de capital social. Estudos empíricos aplicados em comunidades são necessários ao aperfeiçoamento do tema.

Palabras claves: Arranjos educativos locais; Capital social; Métodos de gestão; Desenvolvimento local sustentável.

Abstract

The discussion on sustainable local development was intensified with globalization and involves, in addition to economic growth, models centered on quality of life, equity and capital increase. The consolidation of the bases for the development in these terms can be leveraged through the education of local communities, understanding and systematization of their potential aiming at solving common problems. The aim of this study was to propose a Local Educational Arrangements Management Method to promote the education of individuals of low social capital communities and encourage sustainable community practices. The method is based on three themes: Human Development, Living Together and Sustainable Development. It is composed of different groups and institutions according to the principle of participation of stakeholders in decision-making processes. For evaluating the effectiveness of projects guided by the method, it is suggested a model of social capital indicators according the approaches associated with the guiding themes. Empirical studies applied in communities are needed to the improvement of this issue.

Keywords: Local educational arrangements; Social capital; Management methods; Sustainable development.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0.

1. Introdução

O debate sobre Desenvolvimento Local Sustentável intensificou-se a partir da globalização. Com a publicação pela Organização das Nações Unidas (ONU) do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (PNUD, 2015),

considerando outras variáveis para medir o desenvolvimento dos países, para além de seu crescimento econômico, a visão restrita de desenvolvimento começa a ser questionada. Sen e Mendes (2000) contribuíram para o debate acerca da natureza do desenvolvimento que se almeja demonstrando o papel das diferentes formas de liberdade no combate às privações. Para Leff (2006), um novo modelo de desenvolvimento implica em uma nova racionalidade, que deve migrar do modelo atual, com base na racionalidade econômica, para um novo modelo sustentável, baseado na racionalidade ambiental. O foco deve centrar-se na melhoria da qualidade de vida da população, com a maior equidade possível.

Para Putnam (2000) o fortalecimento do capital social é uma alternativa para o alcance do desenvolvimento local sustentável. O aumento do capital social e, conseqüentemente, a consolidação das bases para o desenvolvimento local pode ser alavancada por processos de educação.

Cada localidade tem características consolidadas pela cultura herdada, as atividades desenvolvidas, os recursos naturais e os modos de vida socialmente acordados (DOWBOR, 2006). Investir em ações de educação pode ser um caminho para que as comunidades compreendam e sistematizem suas potencialidades, cresçam em conformidade com a própria cultura e valorizem sua diversidade (LITTLE, 2014) em busca de soluções para seus problemas.

Isto posto, a pergunta colocada neste estudo é a seguinte: É possível estabelecer Arranjos Educativos Locais que permitam a ampliação da educação formal para aprendizagem focada na mobilização social, no fortalecimento da consciência social e no exercício de uma cidadania ativa? Para respondê-la, o presente artigo tem por objetivo propor um método de gestão de Arranjos Educativos Locais para promover a formação de indivíduos de comunidades de baixo capital social e estimular práticas comunitárias sustentáveis.

A seguir, é desenvolvido o referencial teórico que está dividido em três subitens: Desenvolvimento Local Sustentável, Capital Social e Arranjos Educativos Locais. Este último, ainda é compreendido como modelo de gestão. Após, o debate conceitual é explicitado o Método de Gestão de Arranjos Educativos Locais (MGAELs), a principal proposição deste estudo. A seguir, é exposto um modelo de avaliação da eficácia do método por meio da aplicação de indicadores de Capital Social. Finalmente, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2 Referencial Teórico

Para compreensão do MGAELs, primeiramente, é preciso debater conceitos de Desenvolvimento Local Sustentável, Capital Social e Arranjos Educativos Locais. A proposição de um método que colabore no aumento do capital social irá contribuir para que as boas práticas de cidadania sejam executadas e replicadas.

2.1 Desenvolvimento Local Sustentável

O pensamento econômico e o desenvolvimento pautado nos princípios da economia passaram por um longo período de predomínio de uma abordagem ortodoxa. Inicialmente, o desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico (LOURES, 2009). Isto influenciou a supremacia de modelos abstratos, desconsiderando o desenvolvimento como um processo de mudança.

O processo de desenvolvimento é caracterizado por alterações nas variáveis e nos atores que compõem cada localidade, cidade ou estado (FRANCO, 2008). A criação de ambientes favoráveis à inovação e ao protagonismo de aglomerados de indivíduos facilita as mudanças sociais e oportuniza o empoderamento e o aumento da capacidade de empreender.

Loures (2009) considera necessário construir comportamento e decisões éticas. Entretanto, ressalta que diante do imediatismo, das facilidades dos tempos atuais e da incerteza sobre o futuro, alguns pilares éticos tendem a ruir. Apesar disso, é possível identificar indícios de uma nova consciência no mundo.

Há muitos indivíduos éticos, mas o grande desafio é construir uma comunidade ética. Apenas uma comunidade ética e confiável pode conter a evolução da degradação social, da violência e da criminalidade (LOURES, 2009).

Neirotti e Poggi (2005) defende que o desenvolvimento local é guiado por princípios da descentralização das políticas de reforma do Estado. Ainda, pode ser considerado como uma alternativa aos programas de desenvolvimento estadual ou nacional. A desestruturação da sociedade faz com que o homem busque formas de comunidade que lhe permitam recuperar a razão, estar em relação com outros, pertencer a um âmbito no qual possa reconhecer-se e estar em contato com regiões relacionadas com seus afazeres (NEIROTTI; POGGI, 2005).

A ONU apresentou o Relatório Brundtland (1988) definindo o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”. O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo. Traz à tona a necessidade de conciliação entre as questões ambientais e

sociais e um limite máximo para a utilização dos recursos naturais, prevalecendo a preservação dos mesmos (BRUNDTLAND, 1988).

Sachs (2000) desenvolve o que chama de os oito critérios de sustentabilidade: sustentabilidade social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política econômica. Segundo a UNESCO (2015) há três áreas-chave do Desenvolvimento Sustentável – sociedade (compreensão dos sistemas participativos e seu papel na mudança social), meio ambiente (preocupação com a preservação ambiental) e economia (sensibilidade com os limites de potencial de crescimento e avaliação dos níveis de consumo), sendo a cultura uma dimensão destacada para a mudança (LITTLE, 2014).

Outro elemento incorporado ao Desenvolvimento Local Sustentável é o Capital Social. Em comunidades de baixo Capital Social, as estratégias de fomento ao Desenvolvimento Local devem ser propostas de maneira diversa de outros espaços onde já há organização social formal. A seguir será debatido o conceito de Capital Social.

2.2 Capital Social

O conceito de Capital Social no contexto do Desenvolvimento Local tem a função de oportunizar uma análise sistêmica dos fatores sociais, políticos e institucionais que compõem o Desenvolvimento. Segundo Milani (2003) o termo capital refere-se a uma riqueza ou um estoque que servem à produção e dos quais rendas podem ser auferidas. O capital físico é um estoque de bens, o capital humano é um estoque de competências e o Capital Social é um estoque de relações e valores, coletivo e compartilhado pelo conjunto da sociedade (MILANI, 2003). Seu aumento depende do aprofundamento das relações, de sua multiplicação, intensidade, ritualização e criação de redes.

A importância da cooperação para o desenvolvimento e a manutenção do capital social é ressaltada por Marteleto e Silva (2004, p.43) quando afirmam que:

O capital social, por sua vez, é definido como as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro e entre os diferentes grupos sociais. Dessa forma, são dependentes da interação entre, pelo menos, dois indivíduos. A aquisição de capital social está condicionada a fatores culturais, políticos e sociais.

Bourdieu (1980) compreende como o Capital Social alavanca a economia e o desenvolvimento em sociedades capitalistas. Segundo o autor, a percepção do Capital Social está associada aos recursos acessados por um grupo de pessoas e que se beneficiam do capital de propriedade coletiva.

O estudo do Capital Social propicia a compreensão de quais estruturas sociais são aptas a utilizar recursos coletivos para atingir interesses comuns (COLEMAN, 1988). Novos padrões de desenvolvimento remetem à análise de questões como grau de associativismo, nível de consciência cívica, valores e crenças, tabus, mitos e formas de compreensão de dadas sociedades (PUTNAM, 2000). Isso implica no redirecionamento dos diagnósticos e ferramentas a serem utilizados nos casos de intenção de desenvolvimento de programas, projetos e ações focadas no Desenvolvimento Local Sustentável.

Segundo Sen e Mendes (2000), o crescimento da economia aumenta o número de ricos e também de pobres, mantendo e alargando a desigualdade e não produzindo a transformação social almejada. Uma comunidade se desenvolve quando torna dinâmicas suas potencialidades (FRANCO, 1995).

A ação coletiva é influenciada pela existência de capital social, pois a confiança e a cooperação entre os atores locais permitem a organização, participação e poder de ação de uma comunidade. Segundo Marteleto e Silva (2004, p. 43), “o nível de confiança entre os indivíduos está relacionado com o capital social”.

Para Melo (2013), são os mecanismos culturais que criam e transmitem o capital social. A sociedade é um sistema de grupos sociais em diferentes níveis que trata o capital social como resultado de um processo cultural (LITTLE, 2014).

Para Reis (2003) o conceito de capital social ganha relevância não apenas na identificação da presença ou ausência de redes interativas em uma sociedade, mas em sua tipificação e contextualização. O desenvolvimento acontece quando há capital social, pois as pessoas precisam se unir em torno de objetivos comuns para promover iniciativas que beneficiem a sociedade.

O capital social pode ser um elemento facilitador da cooperação voluntária decisiva para a instauração de círculos virtuosos favorecedores do desempenho institucional (PUTNAM, 2000). Tais círculos se baseiam em conexões estabelecidas entre as pessoas, como redes que ampliam as ações da comunidade: os laços entre os membros, isto é, o capital social de ligação; entre os membros e representantes de organizações não governamentais, o capital social de ponte e; entre as lideranças sociais e das instituições acadêmicas, o capital social de conexão (MARTELETO; SILVA, 2004).

A qualidade do capital social está diretamente associada ao grau de interação entre os integrantes da comunidade. Para Neirotti e Poggi (2005), o valor do capital social é determinado pela relação entre os resultados desejados e os recursos de conhecimento e de identidade disponíveis na interação; a natureza da interação; as normas de confiança e reciprocidade.

O desenvolvimento do capital humano está associado à qualidade da educação, pois é necessário construir alianças para promover o aprendizado. A seguir, será discutido o conceito de Arranjos Educativos Locais (AELs).

2.3 Arranjos Educativos Locais (Aels)

O termo Arranjo Educativo Local (AEL) foi criado por analogia ao termo Arranjo Produtivo Local (APL), empregado em estudos de economia e administração (LASTRES; CASSIOLATO, 2003). Os AELs são clusters de aprendizagem, aglomerados locais de pessoas e organizações que se formam criando ambientes favoráveis às interações educativas (FRANCO, 2015). Eles transcendem o sistema educativo formal e caracterizam-se como sistemas socioeducativos que aproveitam o capital social existente para alavancar o desenvolvimento do capital humano (PUTNAM, 2000; MILANI, 2003). Sendo assim, geram possibilidades de aprendizagem autônoma, cooperação e transformação social.

AELs enquadram-se na proposta de construção e fortalecimento de comunidades de prática. De acordo com Wenger (2006), comunidades de prática são grupos de pessoas que compartilham uma preocupação, um conjunto de problemas sobre um tópico e que aprofundam seu conhecimento e expertise nesta área interagindo numa base contínua. Arranjos, como formas de comunidades de prática, conectam pessoas de diferentes organizações, gerando conhecimento coletivo e individual. Aumenta-se o capital social e libertam-se capacidades.

No Brasil, os AELs têm sido utilizados como modelo em diversas iniciativas educacionais e sua replicação é estimulada pelo Ministério da Educação, por meio do Plano de Desenvolvimento de Educação – PDE (CORDEIRO, 1999). O enlace entre educação e ordenação territorial deve ser estimulado por meio da aplicação prática do conceito de AEL (CORDEIRO, 1999).

Portanto, a proposta de formar AELs se destaca por permitir que a política educacional seja ampliada para uma política educadora ligando cultura e localidade (LITTLE, 2014). Isto deve propiciar a integração de políticas públicas e maximizar os ganhos para a sociedade.

Os AELs vêm despertando interesse no meio empresarial. A seguir é debatido conceitualmente o papel dos AELs como modelo de gestão.

2.3.1 Arranjos Educativos Locais (AELs) como modelo de gestão

O século XXI é pautado por uma crise de modelo civilizatório, intensificada pela aceleração dos processos de globalização, agravamento da problemática socioambiental e necessidade de revisão dos modelos produtivos. Neste cenário, surgem modelos de gestão pautados pelas exigências de ambientes complexos dependentes das relações sociais no entorno das organizações (CAVALCANTI; GOMES, 2001). Os AELs caracterizam-se como elementos catalisadores de processos sociais focados na constituição de redes capazes de definir seu destino e influenciar a criação de políticas públicas compatíveis com as necessidades locais.

Para Strandberg (2002), com os novos modelos de governança, os stakeholders têm um papel de maior envolvimento nos processos de decisão junto ao poder público e na esfera privada, integrando conselhos e outros tipos de mecanismos de participação. Nesta lógica, os AELs são espaços estruturados a partir de modelos não hierárquicos, constituídos por relações horizontais e democráticas que reforçam a ideia de gestão compartilhada e estimulam a participação dos indivíduos (MICHALSKI et al., 2001).

Para a International Finance Corporation (IFC, 2007), o engajamento dos stakeholders também requer o aperfeiçoamento da capacidade de tomada de decisão por parte das organizações. Isto deve estar atrelado ao alto nível de transparência e à construção de planejamento com foco no futuro.

Neste estudo, entende-se que os AELs são um instrumento útil na consolidação de modelos de gestão voltados à inclusão dos stakeholders como elementos fundamentais nos processos decisórios, sendo a mola propulsora de ações em rede. A partir dos arranjos é possível criar possibilidades de articulação social que levarão ao Desenvolvimento Local Sustentável.

Neste cenário, torna-se necessário o desenvolvimento de métodos que facilitem a construção de consenso. A proposição de modelos de governança participativa pode criar condições para o desenvolvimento de autonomias locais. A seguir, é explicitado o Método de Gestão de Arranjos Educativos Locais (MGAELs).

3. Método de Gestão de Arranjos Educativos Locais (MGAELs)

A proposta do MGAELs é baseada em três temáticas que orientam a organização das ações e os momentos trabalhados: Desenvolvimento Humano, Convívio Social e Desenvolvimento Sustentável. Para cada temática um ou mais enfoques são necessários.

3.1 Desenvolvimento Humano

De acordo com o PNUD (2015), o desenvolvimento humano pode ser entendido como a ampliação das liberdades para que as pessoas ampliem suas perspectivas de vida. O desenvolvimento humano relaciona-se com o envolvimento ativo na definição do desenvolvimento, da equidade e da sustentabilidade. Estes são aspectos intrínsecos da liberdade e da valorização da vida.

3.1.1 Enfocando a autonomia

Para Freire (1996), autonomia é a prática da liberdade. Enfocar a autonomia implica no reconhecimento das potencialidades de cada um, de modo a torná-lo ator principal de suas escolhas e oportunidades. Significa, ainda, fornecer ferramentas para fortalecimento das identidades pessoais, que refletirão na responsabilidade individual.

3.2 Convívio Social

A temática do Convívio Social baseia-se nos pressupostos da convivencialidade e da vida em comunidade. Busca o fortalecimento de laços entre as pessoas que residem e/ou trabalham em uma comunidade, gerando identificação entre si e conexões com o território.

3.2.1 Enfocando a convivencialidade

A convivencialidade é entendida por Illich (1976) como uma relação independente e criativa entre os indivíduos e percebida como um processo de interdependência pessoal e, ao mesmo tempo, um valor ético. Dowbor (2006), no território convivencial, as pessoas identificam-se como comunidade e administram problemas comuns conjuntamente. Isto é classificado como um capital, uma riqueza sob a forma de capital social.

3.2.2 Enfocando a Confiança

Confiar é estabelecer um pacto de cumplicidade e de entrega do destino nas mãos uns dos outros (BROTTO, 2001). As pessoas precisam de espaços para construção de relacionamentos que fortaleçam vínculos, visem o sentimento de grupo e desenvolvam o comprometimento com objetivos para a concretização do trabalho cooperativo. O desenvolvimento da confiança pode se desenvolver como parte da aprendizagem coletiva.

3.2.3 Enfocando a cooperação

Segundo Orlick (1989, p.105), a cooperação é “uma força unificadora, que agrupa uma variedade de indivíduos com interesses separados numa unidade coletiva”. Todos cooperam e ganham, eliminando-se o medo do fracasso e aumentando-se a autoestima e a confiança em si mesmo. Com a cooperação aprende-se a compartilhar, respeitar e integrar diferenças; a conhecer os pontos fracos e fortes; a ter coragem para assumir riscos; sentimentos e emoções com liberdade; a participar com dedicação; a ser solidário criativo e cooperativo; a ter vontade de estar junto.

3.3. Desenvolvimento Sustentável

A Carta da Terra (2015) trata da temática do Desenvolvimento Sustentável considerando que à medida que o mundo está se tornando interdependente, o futuro é arriscado e ao mesmo tempo promissor. As tendências de devastação pelos padrões de produção e consumo dominantes são perigosas, mas não são inevitáveis. O reconhecimento da diversidade cultural é concomitante ao destino comum e a soma de forças para gerar o desenvolvimento sustentável devem basear-se em: respeito à natureza, direitos humanos, justiça econômica e cultura da paz (UNESCO, 2015).

3.3.1 Enfocando o senso de comunidade

De acordo com Wenger (2006), as pessoas não obrigatoriamente convivem diariamente, mas quando o fazem é porque encontram valor em suas interações. E como gastam tempo juntos, há o compartilhamento de informações, discernimento e aconselhamento. Há aprendizagem comunitária, troca de experiências de educação formal, informal e mútua ajuda na resolução de conflitos. Com a prática do senso de comunidade, as pessoas podem se tornar responsáveis por um desenvolvimento sustentável.

Com base nos princípios desenvolvidos nas temáticas que orientam o MGAELs, a seguir, será apresentado como é desenvolvido o método.

3.4 Desenvolvimento do MGAELs

Este item explica os passos do método proposto neste estudo, o MGAELs, conforme mostra a Figura 1.

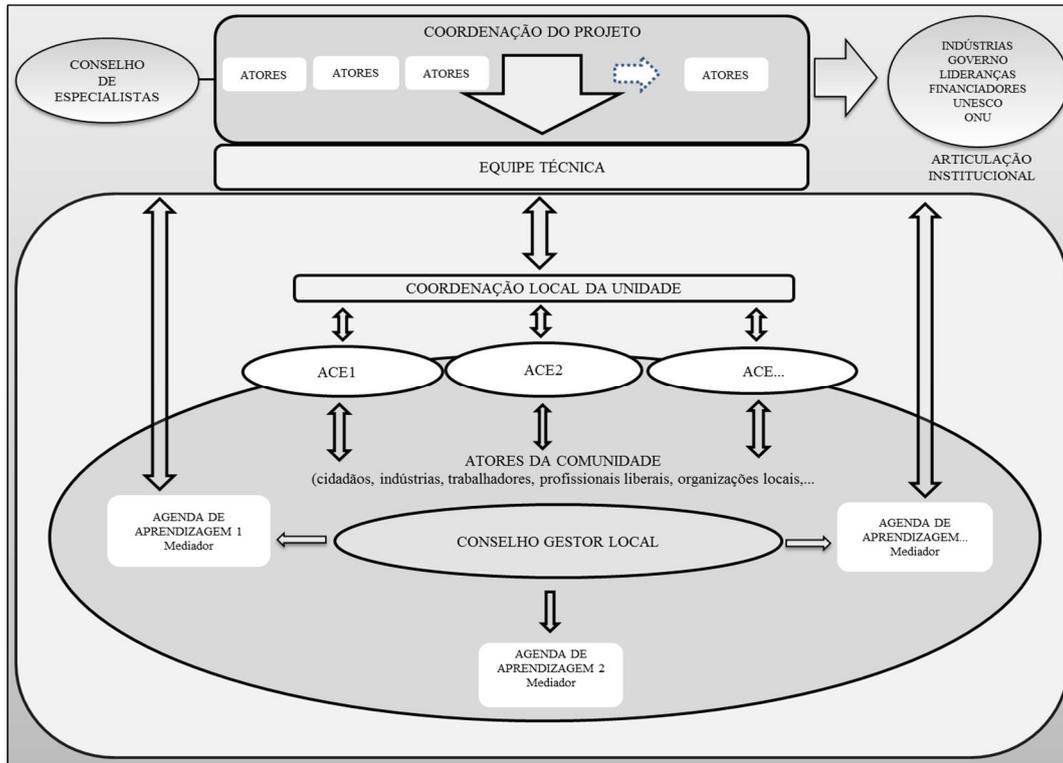


Figura 1: Método de Gestão de Arranjos Educativos Locais.

Fonte: Autores.

Inicialmente, devem ser identificados aspectos essenciais a serem observados nas localidades onde Agendas de Aprendizagem pretendem ser implantadas. Estas representam projetos que poderão ser sistematizados como tecnologias sociais com potencial de reaplicação.

Um AEL pode se constituir de um número ilimitado de projetos realizados por meio de parceria entre diferentes atores interessados no desenvolvimento de uma localidade. Os temas das Agendas de Aprendizagem são definidos conforme os objetivos do grupo de atores. Um aspecto importante a observar é que um Arranjo Educativo Local deve ser planejado de forma sistêmica, sendo que cada agenda atende a mais de um objetivo, enaltecendo o caráter de complementariedade entre as ações e a importância da interação entre os stakeholders. Para que estes aspectos sejam contemplados, propõe-se que o AEL conte com uma infraestrutura física inicial que sirva de referência para o projeto, com papel central na conexão entre todas as ações.

Na proposta expressa na Figura 1, o setor empresarial constitui-se como articulador central de todo o processo, ocupando papel de Coordenação Local da Unidade no momento inicial. Esta coordenação tem papel fundamental na articulação dos atores que irão compor a rede do Arranjo Educativo Local. Cabe à coordenação planejar e implementar mecanismos de sensibilização e mobilização de stakeholders.

Sob a forma de encontros de três horas semanais com duração de, no mínimo, três meses, a Agenda de Aprendizagem abrange um amplo leque de ações possíveis a partir de um tema. O espaço físico de realização de uma Agenda de Aprendizagem é fornecido por um parceiro.

A Agenda de Aprendizagem deve ser uma experiência de transição de ações individuais para ações coletivas, possibilitando que os participantes aprendam juntos. Deve ser uma experiência de aprendizagem transformadora voltado para o fortalecimento do capital social e para troca de informações e geração de novos conhecimentos.

À Coordenação Geral caberá a responsabilidade de constituir e gerenciar uma Equipe Técnica que irá a campo para efetivamente implementar a proposta de AEL. Em conjunto, Coordenação e Equipe Técnica irão estruturar ações de mobilização de atores. Estes últimos, após passarem por um curso de formação, constituir-se-ão em Agentes Comunitários de Educação (ACEs).

Nesta proposta, os Agentes Comunitários de Educação (ACEs) são escolhidos por sua representatividade enquanto liderança local – presidentes de associação de moradores, professores, diretores de escola, representantes de

movimentos locais. Espera-se que os ACEs somem esforços com a Coordenação e Equipe Técnica, buscando disseminar a ideia dos AELs entre a comunidade, chamando os indivíduos para uma mobilização em prol do desenvolvimento de sua região.

Serão estes atores, mais os demais atores potenciais descritos na Figura 1 que irão compor e decidir os temas e conteúdos a serem abordados nas ações dos AELs. Este exercício de planejamento conjunto e participativo deverá estimular o fortalecimento das redes locais, que ao longo do tempo poderão funcionar autonomamente.

Assim, o foco inicial em educação poderá ser ampliado de acordo com as demandas locais. A mobilização inicial poderá ser transformada em um mecanismo de legitimação social capaz de guiar a sociedade rumo ao Desenvolvimento Sustentável. O Quadro 1 descreve a composição e as responsabilidades dos grupos e instituições envolvidos no MGAELs.

GRUPOS E INSTITUIÇÕES	COMPOSIÇÃO	RESPONSABILIDADES
Direção	Representantes da organização proponente.	Definir macro diretrizes para o projeto, captar recursos e articulações institucionais.
Conselho de Especialistas	Especialistas em Educação, Desenvolvimento Local e temas correlatos.	Aconselhar a Direção geral sobre encaminhamentos do projeto e divulgação dos AELs em suas redes.
Equipe técnica	Representantes da instituição proponente e outros parceiros.	Planejar as atividades, propor diretrizes para a operacionalização do projeto, diagnóstico social das localidades, acompanhamento e apoio das atividades da Coordenação Local e do Conselho Gestor Local. Monitorar indicadores para avaliação de resultados e sistematização da metodologia visando sua replicação.
Coordenação local	Equipe de técnicos contratados pelo projeto.	Viabilizar e acompanhar as agendas de aprendizagem; coordenar o trabalho dos (ACEs); relacionamento com os atores locais; gerar e disponibilizar informações sobre as atividades desenvolvidas; procedimentos administrativos relacionados à gestão dos recursos, equipamentos e utilizar o espaço de referência do AEL e animar as redes virtuais.
ACEs	Lideranças locais	Facilitar a comunicação e a interação entre a coordenação do projeto e os <i>stakeholders</i> envolvidos.
Mediadores das Agendas de Aprendizagem	Instrutores de cursos, animadores de debates.	Conduzir as atividades das Agendas de Aprendizagem.
Órgãos governamentais	Órgãos ligados ao primeiro setor.	Disponibilizar informações sobre infraestrutura, saúde, educação, etc.
Comunidade	Cidadãos, instituições de ensino, comércio, profissionais liberais, organizações sociais locais, voluntários, entre outros.	Propor temas no Conselho Gestor Local.
Conselho Gestor Local	Atores locais envolvidos com o projeto, cidadãos participantes das Agendas de Aprendizagem, equipe técnica, mediadores de atividades, entre outros.	Analisar as sugestões oriundas do Conselho de Especialistas.

Quadro 1: Composição dos grupos, instituições e suas responsabilidades.

Fonte: Autores.

A seguir, é proposto um modelo para avaliar a eficácia do método, considerando as características da localidade onde os AELs são desenvolvidos.

4. Avaliação da Eficácia do Método por Meio de Indicadores de Capital Social

Neste estudo entende-se que a eficácia da aplicação do MGAELs seja avaliada por meio indicadores de Capital Social. Recomenda-se a criação de questões relacionadas às temáticas Desenvolvimento Humano, Convívio Social e Desenvolvimento Sustentável. Sugere-se a criação de indicadores qualitativos e quantitativos para possibilitar o cruzamento de dados e dar maior consistência às análises de resultados. A aplicação das questões no

início e no final dos projetos de AELs é fundamental para a realização de um diagnóstico inicial e a verificação da ocorrência ou não de desenvolvimento sustentável.

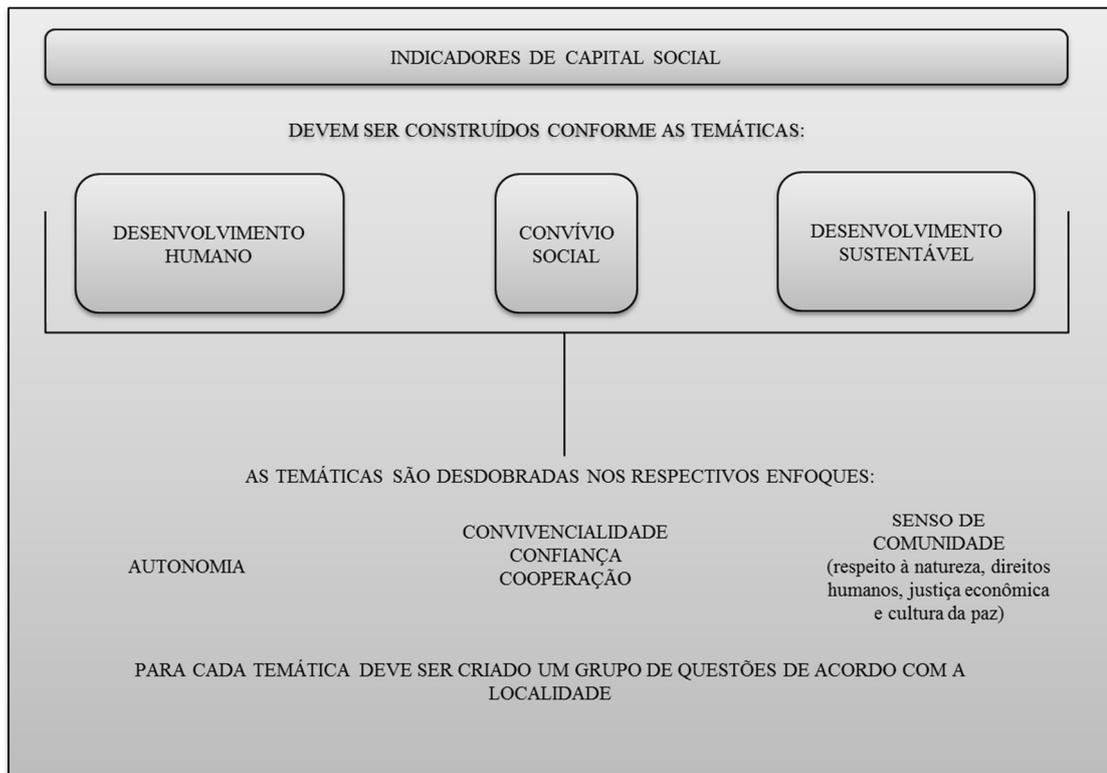


Figura 2: Modelo de Avaliação da Eficácia do MGAELs

Fonte: Autores.

Na Figura 2, observa-se a proposta do modelo de avaliação da eficácia do MGAELs. O modelo opera como uma matriz indicativa dos princípios para a criação de indicadores em conformidade com os pressupostos teóricos dos AELs. Sua lógica consiste no respeito à autonomia e à participação coletiva e cooperativa das comunidades locais. O princípio de que as pessoas que residem ou trabalham em determinada localidade conhecem e podem organizar-se de forma a buscar alternativas para problemas comuns suporta a ideia da criação de indicadores baseados no contexto dos projetos locais. O respeito à natureza, aos direitos humanos universais, à justiça econômica e à cultura da paz, completa as bases para a avaliação da sustentabilidade.

Desta forma, espera-se que os resultados da aplicação de projetos de AELs sejam avaliados com a legitimidade necessária para verificar o desenvolvimento local sustentável segundo o MGAELs.

5. Considerações Finais

As formas de organização social emergentes no século XXI marcadas pela globalização demandam dispositivos facilitadores do desenvolvimento sustentável. Além da produtividade e do desenvolvimento econômico, os fatores humanos, o capital social, a sustentabilidade ambiental, o respeito à cultura local, autonomia, cooperação e as organizações horizontais são cruciais para a solução de problemas locais. A equidade é fundamental para solucionar a questão ambiental, as diferenças sociais e viabilizar a justiça econômica. Investir em educação pode ser um caminho para que as comunidades compreendam e sistematizem suas potencialidades, cresçam em conformidade com a própria cultura e valorizem sua diversidade em busca de soluções. Portanto, o objetivo deste artigo foi o propor um método de gestão de Arranjos Educativos Locais para promover a formação de indivíduos de comunidades de baixo capital social e estimular práticas comunitárias sustentáveis.

Em primeiro lugar, discutiram-se os três eixos principais que deram sustentação teórica ao método: Desenvolvimento Local Sustentável, Capital Social e Arranjos Educativos Locais (AELs). A inclusão dos stakeholders como participantes nos processos decisórios de ações em redes foi o foco principal para suportar a concepção de AELs como modelos de gestão participativa com vistas a criar condições para o desenvolvimento local sustentável.

As temáticas e os respectivos enfoques do Método de Gestão de Arranjos Educativos Locais (MGAELs) foram apresentados: Desenvolvimento Humano (autonomia); Convívio Social (convivencialidade, confiança e cooperação) e Desenvolvimento Sustentável (senso de comunidade). A mediação para criação de Agendas Locais, a formação do Conselho Gestor Local e o papel dos Agentes Comunitários de Educação com a Coordenação Local da Unidade consistem nos primeiros passos do desenvolvimento do MGAELs. Uma Equipe Técnica propõe diretrizes para o projeto de AEL, monitora indicadores de resultados e apoia as coordenações e conselhos. Um Conselho de Especialistas orienta a Direção Geral sobre encaminhamentos do projeto e divulgação dos AELs em suas redes. A Direção define diretrizes, recursos e articulações institucionais com entidades financiadoras, governos, ONU e UNESCO.

A eficácia do método (MGAELs) deve ser avaliada por meio de indicadores de capital social. Para verificar os resultados dos projetos de AELs, os respectivos indicadores devem ser construídos de acordo com as temáticas Desenvolvimento Humano, Convívio Social e Desenvolvimento Sustentável. Dentro dos enfoques de Autonomia; Convivencialidade, Confiança e Cooperação e Senso de Comunidade; cada localidade deverá construir um grupo de questões relativas aos projetos que desenvolveu para gerar seus próprios indicadores.

Estudos empíricos são necessários para verificar a aplicabilidade do método proposto neste artigo. A aplicação do MGAELs em comunidades locais poderá contribuir com o aperfeiçoamento do mesmo e ampliar a gama de estudos sobre Arranjos Educativos Locais como forma de avanço científico e social do tema.

Referências

- BOURDIEU, P. **Le capital social**. Actes de la recherche en sciences sociales, v. 31, n. 1, p. 2-3, 1980.
- BROTTO, F. O. **Jogos Cooperativos: O Jogo e o Esporte como um exercício de convivência**. São Paulo: Editora Projeto Cooperação, 2001.
- BRUNDTLAND, G. H. **Nosso Futuro Comum: em busca do desenvolvimento sustentável**. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- CARTA DA TERRA. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/responsabilidadesocioambiental/agenda-21/carta-da-terra>>. Acesso em: 09 de set. 2015.
- CAVALCANTI, M.; GOMES, E. Inteligência empresarial: um novo modelo de gestão para a nova economia. **Revista da Produção**, v. 10, n. 2, p. 53-64, 2001.
- COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American journal of sociology**, p. S95-S120, 1988.
- CORDEIRO, C. M. F. **Estudos e diretrizes do setor de educação para a revisão e atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU**, 1999.
- DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (UNESCO 2005-2014). Disponível em <<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/prizes-and-celebrations/2005-2014-the-united-nations-decade-of-education-for-sustainable-development/>>>. Acesso em: 08.09.2015.
- DE OLIVEIRA, P. A. et al. Capital Social e Desenvolvimento Econômico: Aspectos teóricos. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, v. 1, n. 1, p. 42-59, 2015.
- DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. **Globalização, Educação e Movimentos Sociais**, v. 40, 2006.
- FRANCO, A. **Ação local: a nova política da contemporaneidade**. Brasília: Ágora, 1995.
- FRANCO, A. **Escola de Redes: Novas visões sobre a sociedade, o desenvolvimento, a internet, a política e o mundo globalizado**. Curitiba: Escola-de-Redes, 2008.
- FRANCO, A. **Arranjos Educativos Locais (AEL)**. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/ael/wp-content/uploads/2010/08/Arranjos-Educativos-Locais-Augusto-de-Franco.pdf>>. Acesso em: 08 de set. de 2015.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- ILLICH, I. **A Convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.
- INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC). **Stakeholder Engagement: A Good Practice Handbook for Companies Doing Business in Emerging Markets**. Washington, D.C., U.S.A, 2007.
- LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Ed.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. IE/UFRJ, 2003.

- LEFF, E. **Racionalidade ambiental a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, n. 3, p. 33-52, 2014.
- LOURES, R. C. R. **Sustentabilidade XXI**: Educar e inovar sob uma nova consciência. São Paulo: Editora Gente, 2009.
- MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da informação**, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.
- MELO, P. T. N. B. Análise Epistemológica sobre Capital Social: As abordagens de Bourdieu, Fukuyama e Ghoshal. In: **III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2013.
- MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **IV Conferência Regional ISTR-LAC**, São José, Costa Rica. 2003.
- MICHALSKI, W. MILLER, R. STEVENS, B. **La gouvernance au XXIe siècle: les pouvoirs dans l'économie et la société mondiales du savoir**. La gouvernance au XXI e siècle, 2001.
- NEIROTTI, N.; POGGI, M. **Alianças e inovações**: em projetos de desenvolvimento educacional local. Unesco, 2005.
- ORLICK, T. **Vencendo a competição**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em:
< <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em: 08 de set. 2015.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. São Paulo: FGV Editora, 2000.
- REIS, B. P. W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia e Política**, v. 2, p. 35-49, 2003.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- SEN, A. K.; MENDES, R. D. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- STRANDBERG, C. **The future of corporate social responsibility**. Report by Strandberg Consulting. Van City Credit Union, Vancouver, 2002.
- WENGER, E. **Communities of Practice**: Learning, Meaning, and Identity. Cambridge University Press, 2006.